

DOI: 10.35621/23587490.v12.n1.p1947-1961

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO EM CRIANÇAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA SAÚDE PÚBLICA

THE ROLE OF NURSES IN PREVENTING POST-VACCINATION ADVERSE EVENTS IN CHILDREN: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN PUBLIC HEALTH

Vanessa Cavalcanti Lira¹
Anne Caroline de Souza²
Maria Raquel Antunes Casimiro³
Ocilma Barros de Quental⁴

RESUMO: Os Eventos Adversos Pós-Vacinação são definidos como ocorrências clínicas indesejadas que surgem após a vacinação. Esses eventos não precisam necessariamente ter uma relação causal com o imunizante e podem ser influenciados pela composição da vacina, pelas características do organismo do sujeito vacinado, pelo processo de administração do imunizante e pelas condições de acondicionamento deste. Cabe ao profissional enfermeiro a notificação, investigação e adoção de condutas frente a esses eventos adversos. No entanto, a ausência de capacitação específica, aliada a investigações inadequadas e registros imprecisos, pode comprometer a qualidade do cuidado prestado. Assim, este trabalho visa responder a seguinte questão: qual o papel do enfermeiro na prevenção de eventos adversos pós-vacinação em crianças e como garantir uma maior adesão ao calendário vacinal infantil? A metodologia adotada nesta pesquisa foi uma revisão integrativa da literatura. O levantamento dos estudos foi realizado em bases de dados eletrônicas de periódicos: Biblioteca Virtual de Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, PubMed, Cochrane e Web of Science. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram: materiais escritos na língua portuguesa e inglesa que abordem o papel da enfermagem frente aos eventos adversos pós-vacinação em crianças,

¹ Discente do Curso Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM. E-mail: vanessac.lira16@gmail.com.

² Docente do Curso Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM. E-mail: annekarolynne11@gmail.com.

³ Docente do Curso Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM. E-mail: raquelcasimiro2018@gmail.com.

⁴ Docente do Curso Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM. E-mail: dra.quental@gmail.com.

trabalhos em formato de artigos e materiais publicados entre os anos de 2020 e 2025. Evidenciou-se que os Eventos Adversos Pós-Vacinação em crianças apresentam baixa ocorrência no cenário nacional e, em sua maioria, corresponderam a manifestações leves e autolimitadas, como dor no local da aplicação ou febre de curta duração. Nesse cenário, observou-se que o enfermeiro assume um papel de estratégico, atuando na prevenção de eventos adversos por meio da correta conservação, preparo e administração dos imunobiológicos, além da orientação adequada aos responsáveis. A necessidade de fortalecimento da educação permanente, identificada neste estudo, apontam fragilidades na atuação do enfermeiro na sala de vacinação. A presença ativa desse profissional pode reduzir falhas ao assumir funções estratégicas, como a supervisão de práticas, a condução de treinamentos, o acompanhamento das reações adversas, a inclusão do paciente no processo de imunização.

Descritores: Evento adverso. Enfermeiro. Saúde da criança. Vacinas.

ABSTRACT: *Adverse Events Following Immunization (AEFI) are defined as undesirable clinical occurrences that arise after vaccination. These events are not necessarily causally related to the vaccine and may be influenced by the vaccine's composition, the characteristics of the vaccinated individual, the administration process, and storage conditions. Nurses are responsible for reporting, investigating, and implementing appropriate measures in response to such events. However, the lack of specific training, combined with inadequate investigations and inaccurate records, can compromise the quality of care provided. This study aims to answer the following question: what is the role of nurses in preventing adverse events following immunization in children, and how can greater adherence to the childhood immunization schedule be ensured? The methodology adopted was an integrative literature review. Data collection was carried out in electronic databases of scientific journals: Virtual Health Library (BVS), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), PubMed, Cochrane, and Web of Science. The inclusion criteria were materials written in Portuguese and English that addressed the role of nursing in relation to adverse events following immunization in children, studies in article format, and publications from 2020 to 2025. Findings revealed that adverse events following immunization in children are rare in the national context and, for the most part, correspond to mild and self-limiting manifestations, such as pain at the injection site or short-term fever. In this context, nurses play a strategic role in preventing adverse events by ensuring proper storage, preparation, and administration of immunobiologicals, as well as providing adequate guidance to caregivers. The need to strengthen continuing education, identified in this study, highlights weaknesses in nursing performance within vaccination rooms. Active involvement of nurses can reduce failures by assuming strategic functions, such as supervising practices, conducting training, monitoring adverse reactions, and promoting patient inclusion in the immunization process.*

Keywords: Adverse event. Nurse. Child health. Vaccines.

1 INTRODUÇÃO

A vacinação se configura como um método mais eficiente para prevenção de doenças. Ela consiste na administração de patógenos que podem ser atenuados, inativados ou fragmentados, cujo objetivo é promover uma estimulação sistema imunológico para que este seja capaz de produzir anticorpos específicos contra uma determinada patologia. Dessa forma, caso um indivíduo seja exposto a algum agente infeccioso, seu corpo estará preparado para combater a doença com eficiência sem que esta lhe cause danos (Brasil, 2020; Ballalai; Bravo, 2020).

Ao induzir essa resposta imunológica, a imunização promove uma maior proteção aos sujeitos, fato que torna a vacinação uma estratégia essencial na promoção de saúde e prevenção de doenças. Ao longo das últimas décadas houve grandes avanços científicos na vacinação, novas vacinas surgiram, como a da COVID 19 e dengue, além disso houve aprimoramento da produção e purificação das vacinas. No entanto, mesmo com os avanços, nenhuma vacina é livre de eventos adversos (Miranda *et al.* 2022).

Os Eventos Adversos Pós-Vacinação (EAPV), conforme o Ministério da Saúde (MS), são definidos como ocorrências clínicas indesejadas que surgem após a vacinação. Esses eventos não precisam necessariamente terem uma relação causal com o imunizante e podem ser influenciados pela composição da vacina, pelas características do organismo do sujeito vacinado, pelo processo de administração do imunizante e pelas condições de acondicionamento deste. Além disso, o descumprimento de normas e técnicas adequadas que geram falhas na prática profissional também podem desencadear eventos adversos (Brasil, 2023).

Os EAPV podem ser locais ou sistêmicos e são classificados, de acordo com sua intensidade, em: graves, moderados e leves. Dentro desse cenário, o enfermeiro desempenha um papel essencial, sendo este o responsável por supervisionar e treinar a equipe de enfermagem acerca da conservação e administração das vacinas,

conforme normas e técnicas impostas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) (Brasil, 2021; Almeida *et al.* 2024).

Cabe ao profissional enfermeiro a notificação, investigação e adoção de condutas frente aos EAPV. Diante da suspeita de um EAPV, este profissional deve realizar a primeira classificação conforme a gravidade do evento, categorizando-o como evento adverso grave, evento adverso não grave ou erro de imunização. Nesse processo, o enfermeiro desempenha um papel essencial, sendo responsável não apenas pela avaliação inicial, mas também pelo monitoramento do paciente, registro adequado das informações e encaminhamento para investigação, quando necessário (Miranda *et al.* 2022; Tavares *et al.* 2024).

No entanto, a ausência de capacitação específica, aliada a investigações inadequadas e registros imprecisos, pode comprometer a qualidade do cuidado prestado. Isso dificulta a implementação de medidas eficazes para reduzir os impactos dos eventos adversos, assegurar a segurança do paciente e fortalecer a adesão à vacinação, especialmente entre o público infantil (Oliveira; Rodrigues, 2022).

O presente estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema e assim preencher as lacunas existentes acerca dessa temática tão complexa e relevante. Assim, todos os dados, informações e reflexões expressos nesta pesquisa podem fornecer subsídios para a prática clínica da enfermagem bem como contribuir positivamente para aprimoramentos de ações e estratégias voltadas ao monitoramento, notificação e manejo de EAPV em crianças.

A pesquisa sobre a atuação do enfermeiro na prevenção de EAPV em crianças torna-se relevante em diversas dimensões. No âmbito pessoal, ela permite uma melhor compreensão sobre imunização e segurança vacinal, garantindo assim uma melhor qualificação e atuação profissional. No campo acadêmico, ela contribui para ampliação da literatura científica, podendo este estudo servir como fonte de dados para estudantes e profissionais da área da saúde ou até mesmo para população em geral. Socialmente, ela pode subsidiar o aprimoramento de protocolos e campanhas voltados para imunização, para assim reforçar confiança da população nas vacinas e promover uma melhora na adesão ao calendário vacinal, com isso há também o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A ocorrência de EAPV pode gerar preocupações entre os responsáveis e impactar a adesão ao calendário vacinal. Diante disso, surge a seguinte questão: qual o papel do enfermeiro na prevenção de eventos adversos pós-vacinação em crianças e como garantir uma maior adesão ao calendário vacinal infantil?

2 MÉTODO

A metodologia adotada nesta pesquisa foi uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de investigar cientificamente a problemática levantada, a fim de integrar, avaliar e sintetizar resultados de estudos relevantes sobre o tema. Este método adotou técnicas padronizadas, que permitiu a análise e replicação de estudos semelhantes sem que a variação metodológica interfira nos resultados, para assim ampliar o conhecimento e as resoluções. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, envolvendo a síntese de análises de conceitos e conhecimentos documentados na literatura (Marconi; Lakatos, 2021).

Os conhecimentos incorporados, avaliados e sintetizados na revisão integrativa buscam reduzir incertezas na abordagem do problema, possibilitando deduções coerentes que facilitam o processo de tomada de decisões. A revisão integrativa da literatura é considerada a mais abrangente das metodologias de pesquisa (Lima Dantas *et al.* 2022).

O levantamento dos estudos foi realizado em bases de dados eletrônicas de periódicos: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed, Cochrane e Web of Science. Para isso serão utilizados os seguintes descritores: “Evento adverso”, “Vacinas”, “Saúde da criança” e “Enfermeiro” com os operadores booleanos “AND” e “OR”. O intervalo de data de publicação definido para a seleção dos estudos foi: pesquisas publicadas entre 2020 e 2025.

Os critérios de inclusão para a pesquisa foram: (a) materiais escritos na língua portuguesa e inglesa que abordem o papel da enfermagem frente os EAPV em crianças, (b) trabalhos em formato de artigos e (c) materiais publicados entre os anos

de 2020 e 2025. Foram excluídos da pesquisa: (a) estudos incompletos, (b) artigos não acessíveis em texto completo ou sem disponibilidade de resumos (c) artigos de opinião, resenhas ou de revisão narrativa.

As informações foram expostas em tabelas com descrição do título, o autor, o ano e os resultados dos trabalhos analisados. Como as bases de dados utilizadas são públicas e a pesquisa não envolve diretamente seres humanos, a submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa não foi necessária. Contudo, é fundamental destacar que todos os princípios éticos e legais, incluindo os referenciais da bioética - como autonomia, não maleficência, beneficência e justiça - foram rigorosamente observados durante toda a pesquisa.

Inicialmente, foram encontrados 208 artigos nas bases de dados mencionadas. Após a leitura dos títulos, constatou-se que 51 artigos se repetiam nas diferentes bases de dados, resultando em 157 artigos únicos para avaliação. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão, 151 artigos foram descartados, restando uma amostra final de 06 artigos para compor a revisão. Conforme descrito do gráfico a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visando alcançar uma melhor organização e compreensão, os dados dos artigos foram organizados e tabulados de maneira a descrever, o título do artigo, os autores, o ano de publicação e os principais resultados alcançados (Quadro 01). As discussões foram construídas através de texto corrido, de forma a fomentar uma confrontação entre os dados coletados para que se torne possível refutar ou ratificar as informações utilizadas e que se demonstrem como construtivas nesse material.

Quadro 01: Caracterização dos artigos selecionados.

Ordem	Autor	Ano	Título	Principais resultados
01	Batista <i>et al.</i>	2021	Vigilância ativa de eventos adversos pós-vacinação na atenção primária de saúde	Os resultados deste estudo demonstram incidência de eventos adversos pós- vacinação consistente com a descrita na literatura, em que crianças menores de 5 anos apresentaram maior probabilidade de desenvolver esse tipo de evento. A alta incidência pode estar associada à imaturidade do sistema imunológico e ao alto número de vacinas administradas nessa faixa etária. Entre os eventos locais e sistêmicos identificados, a dor e a febre foram os mais incidentes. A maioria dos eventos adversos pós-vacinação, locais e sistêmicos, são leves e autolimitantes e representam a área de atuação da equipe de enfermagem, uma vez que, nas unidades de APS públicas brasileiras, ela é a principal responsável pelas atividades de vacinação.
02	Batista <i>et al.</i>	2022	A influência das condutas da equipe de enfermagem na vigilância de eventos adversos pós-vacinação	O estudo foi conduzido com 384 participantes, entre 0 e 83 anos (mediana de 28,5 anos), 54,4% do sexo feminino e 52,6% brancos. Em relação à ocorrência de EAPV, 33,1% dos vacinados autorrelataram presença de algum tipo de evento adverso, sendo os eventos locais, dor, vermelhidão e edema os mais citados. A febre foi a reação sistêmica mais relatada; destes, somente 29,9% procuraram os serviços de saúde, como as unidades de atenção primária, unidades de pronto atendimento, hospitais e consultórios.
03	Camargos <i>et al.</i>	2023	Eventos supostamente atribuíveis à imunização ou vacinação em crianças de Minas Gerais: de 2015 a 2020	De 2015 a 2020, foram administradas 39.903.277 doses de imunobiológicos em crianças de 0 a 9 anos no estado de Minas Gerais, Brasil. Registraram-se 3.259 eventos classificados como erros de imunização, o que equivaleu a 0,008% do total de doses administradas. Quanto ao sexo, 50,32% foram atribuídos às crianças do sexo feminino e no que se refere à idade, 56,02% ocorreram em menores de 1 ano. Entre os erros, 91,86% não acarretaram eventos adversos, entretanto, 8,14% resultaram em algum tipo de evento adverso. Dessa forma, muitas falhas no processo de imunização poderiam ser evitadas por meio da atuação direta do profissional, inclusive na educação permanente, sobre temas, como boas práticas em vacinação, inclusão do paciente no processo de imunização e acompanhamento das reações adversas

04	Mourão <i>et al.</i>	2024	Eventos supostamente atribuíveis à vacinação contra COVID-19 em crianças de uma estratégia da família	Grande parte das reações adversas às vacinas está ligada à toxicidade desse medicamento, muitas vezes acontecendo como parte da resposta imune ao antígeno vacinal e considerado normal. Toxicidade refere-se aos efeitos prejudiciais ou danosos que uma substância pode causar ao organismo, em decorrência de sua interação com os sistemas biológicos. No contexto das vacinas, a toxicidade é geralmente associada à reação do sistema imunológico ao antígeno presente na vacina, que pode gerar sintomas temporários como febre, dor no local da aplicação ou mal-estar, os quais são, em grande parte, transitórios e parte do processo de defesa do corpo.
05	Batista <i>et al.</i>	2024	Reações adversas comuns ocasionadas pela vacinação infantil	Embora as vacinas sejam fundamentais na prevenção de doenças infecciosas em crianças, é importante reconhecer que, com qualquer intervenção médica, elas podem desencadear reações adversas em uma minoria de indivíduos. No entanto, é crucial ressaltar que a grande maioria das crianças vacinadas não experimentam reações adversas significativas, e os benefícios da imunização superam amplamente os riscos potenciais. Dentre as reações adversas mais comuns estão as reações locais, que ocorrem no local da aplicação da vacina. Isso pode incluir dor, inchaço e vermelhidão.
06	Vasconcelos <i>et al.</i>	2024	Intervenções educativas para a prevenção e conduta dos eventos adversos pós-vacinação: uma revisão sistemática	Este estudo constata que intervenções educacionais para a prevenção e conduta dos EAPVs são eficientes para a qualificação dos profissionais que atuam na vacinação, mas para isso, faz-se necessário que elas se aproximem da realidade vivenciada pelo profissional de saúde, ou seja, sejam pautadas na problematização, além disso, devem ser garantidas periodicamente e ser testadas previamente para ajuste de conteúdo, recurso e duração. Vale salientar que as intervenções só garantem melhorias se associadas a boas condições de trabalho.

A partir da avaliação dos autores, evidenciou-se que os EAPV em crianças apresentam baixa ocorrência no cenário nacional e, em sua maioria, corresponderam a manifestações leves e autolimitadas, como dor no local da aplicação ou febre de curta duração. No entanto, os autores apontam que esse tema assume importância central no campo da saúde pública, uma vez que o medo de reações adversas figura entre os principais fatores que contribuem para a hesitação vacinal e, consequentemente, para a queda da cobertura vacinal em diversas regiões do país. Essas reações, geralmente esperadas, fazem parte da resposta imunológica natural do organismo e não configuram risco significativo.

Nesse cenário, observou-se que o enfermeiro assume um papel de estratégico e de grande destaque. Nos estudos, foi possível constatar que este profissional atua na prevenção de eventos adversos por meio da correta conservação, preparo e administração dos imunobiológicos, além da orientação adequada aos responsáveis. Desta forma, o enfermeiro figura como agente central na efetivação das ações e estratégias de vacinação infantil em nível nacional.

Mourão *et al.* (2024) realizou um estudo em Conceição do Mato Dentro (MG), onde foram avaliadas 352 crianças entre 5 e 11 anos, das quais 11,54% apresentaram Evento Supostamente Atribuível à Vacinação ou Imunização (ESAVI). Observou-se que a maioria das reações adversas às vacinas esteve associada a manifestações locais, sobretudo dor no local da aplicação. Conforme o autor, tais manifestações podem estar relacionadas à técnica, à temperatura ou à velocidade de aplicação. Já as manifestações sistêmicas corresponderam a 64% dos casos, incluindo febre, mal-estar, dor muscular, cefaleia e inapetência, em geral de caráter transitório.

O estudo de Batista *et al.* (2022), realizado com 384 participantes de 0 a 83 anos (mediana de 28,5 anos), apresentou resultados semelhantes, onde observou-se que 33,1% relataram algum EAPV, sendo mais frequentes as manifestações locais, como dor, vermelhidão e edema, seguidas de febre como reação sistêmica. Apenas 29,9% procuraram atendimento em unidades de saúde.

Mourão *et al.* (2024) e Batista *et al.* (2022) apontam que as condutas e orientações oferecidas pelos profissionais enfermeiros em salas de vacinação influenciam diretamente a vigilância e prevenção dos EAPV, no entanto, os autores observaram que uma parcela significativa dos participantes de seus estudos relataram não ter recebido informações sobre vacinas, possíveis eventos adversos e condutas diante deles. Tal fato evidencia as lacunas existentes na atuação destes profissionais.

A pesquisa de Batista *et al.* (2021) também foi ao encontro das pesquisas de Mourão *et al.* (2024) e Batista *et al.* (2022). Seu estudo com 384 vacinados (onde 32,3% menores de 5 anos) identificou que 35,8% relataram EAPV, principalmente manifestações locais, como dor, endurecimento e vermelhidão, além de febre, cefaleia e choro persistente como reações sistêmicas. Outros sintomas, como diarreia, náusea e vômito, também foram registrados. A maioria ocorreu em até 72 horas após a

vacinação, sendo 81,9% classificados como não graves; 26% procuraram serviços de saúde, 17,3% foram notificados e investigados, e 4,7% hospitalizados.

Para Batista *et al.* (2021), crianças menores de 5 anos apresentaram maior incidência, possivelmente devido à imaturidade imunológica e ao maior número de vacinas administradas nessa faixa etária. O autor destaca que a equipe de enfermagem exerce um papel primordial na prevenção e vigilância dos EAPV. Isso porque a orientação fornecida pelos profissionais aumenta a notificação voluntária dos EAPV e evita que a população veja as vacinas como algo maléfico para a população infantil.

O mesmo autor ainda destaca que muitos eventos adversos relatados após a vacinação são decorrentes de fatores externos, sem qualquer vínculo direto com a aplicação das vacinas. Por essa razão, quando esses eventos são relatados, os profissionais de enfermagem devem fazer uma investigação para realizar diagnóstico diferencial preciso com a adoção de medidas terapêuticas adequadas e direcionadas. Esse processo investigativo é fundamental para garantir a segurança vacinal, e ainda preservar a confiança da população no processo de vacinação (Brandão *et al.* 2021).

Camargos *et al.* (2023), em seu estudo evidenciou que entre 2015 e 2020 foram aplicadas 39.903.277 doses de imunobiológicos em crianças de 0 a 9 anos em Minas Gerais, com registro de 3.259 erros de imunização (0,008%). A maioria ocorreu em menores de 1 ano (56,02%) e em crianças do sexo feminino (50,32%). As vacinas mais envolvidas foram a tríplice viral, VOPb e rotavírus humano entre os erros sem EAPV, e a BCG, DTP/HepB/Hib e DTP entre os erros com EAPV. No estudo, os erros mais frequentes sem eventos adversos foram aplicação fora da idade recomendada (29,12%), troca de imunobiológico (13,62%) e aplicação de produto não recomendado para a faixa etária (10,64%). Quando associados a eventos adversos, prevaleceram os erros programáticos (9,05%).

Embora raros frente ao número total de doses aplicadas, os erros apresentaram tendência crescente no período estudado, atribuída ao aumento das notificações, falhas na assistência e mudanças no calendário vacinal sem capacitação adequada. Assim, segundo Camargos *et al.* (2023), os achados reforçam a necessidade de educação permanente da equipe multiprofissional, em especial dos profissionais de enfermagem, tendo em vista que eles são os responsáveis pela sala de vacina. Para

o autor, é essencial a promoção de atualização de protocolos e melhoria da qualidade assistencial.

Os resultados dos estudos de Camargos *et al.* (2023) assemelham-se aos de Batista *et al.* (2022) ao evidenciar que a maioria das manifestações decorrentes dos erros de imunização não foi classificada como grave, predominando sintomas como dor, edema, rubor e febre. Ressalta-se que, quando não estão associadas a erros, tais reações inflamatórias podem estar relacionadas às propriedades físicoquímicas dos imunobiológicos, como a presença de adjuvantes e conservantes.

Batista *et al.* (2024), ressalta ainda que embora fundamentais na prevenção de doenças infecciosas, as vacinas podem ocasionar reações adversas em uma minoria de indivíduos. Em geral, essas reações são leves e transitórias, como dor, inchaço e vermelhidão no local da aplicação, além de febre baixa decorrente da resposta imunológica. Casos mais raros envolvem febre alta de curta duração ou manifestações alérgicas graves, como a anafilaxia, cuja ocorrência é excepcional e controlada por equipes preparadas. A vacina tríplice viral, por exemplo, pode causar febre e exantema entre 6 e 12 dias após a aplicação, simulando uma forma leve da doença.

Nesse contexto, Batista *et al.* (2022), deixa claro que a vigilância contínua das reações adversas pós-vacinação, conduzida pelos enfermeiros, é indispensável para assegurar a segurança vacinal e fortalecer a confiança da população nos programas de imunização, garantindo que os benefícios da vacinação superem amplamente os possíveis riscos. Para o autor, o enfermeiro assume um papel estratégico como gestor das ações de imunização, sendo ele o responsável por monitorar e garantir o estoque de vacinas, notificar eventos EAPV, verificar a validade dos imunobiológicos, monitorar os índices de cobertura vacinal em sua área de atuação, revisar os cartões de vacinação, consolidar as doses administradas nos registros diários e encaminhar os boletins de vacinação.

Em conformidade com Batista *et al.* (2021), treinamentos sobre administração segura de vacinas podem ampliar o conhecimento dos profissionais de enfermagem, no entanto, os impactos na prática permanecem limitados pelas condições precárias de trabalho. Para o autor, a capacitação deve envolver todos os participantes do processo de imunização, e que adote metodologias diversificadas, como aulas teóricas, treinamentos práticos, visitas de campo e a combinação de atividades online

e presenciais. Intervenções contínuas, e não pontuais, mostraram-se mais eficazes, sobretudo no cuidado com a rede de frio, na manutenção preventiva de equipamentos, no controle da temperatura em períodos críticos e na elaboração de planos de contingência. Entre as principais barreiras destacam-se a falta de equipamentos da rede de frio e fragilidades na etapa de preparo e administração de vacinas, como preparo simultâneo de doses, posicionamento incorreto da agulha e falhas na técnica, responsáveis por grande parte dos EAPVs.

Vasconcelos *et al.* (2024), Mourão *et al.* (2024) e Batista *et al.* (2021) concordam que a oferta de orientações e capacitações dos enfermeiros e demais equipes aumenta a detecção de reações, favorece a notificação e reduz a subnotificação dos EAPV, além de estimular maior adesão à vacinação. O medo de eventos adversos, entretanto, permanece como um dos principais fatores de hesitação vacinal, reforçando a necessidade de que a equipe de enfermagem adote práticas educativas contínuas, incluindo avaliação de contraindicações, uso correto das técnicas de conservação e administração dos imunobiológicos, bem como orientações claras sobre vacinas e EAPV, assegurando prevenção e confiança no processo de imunização.

Vasconcelos *et al.* (2024) ainda reforça que as intervenções educativas periódicas, pautadas na realidade do profissional e previamente testadas quanto ao conteúdo e duração, são eficientes para prevenir erros e qualificar a equipe. Contudo, tais melhorias dependem da associação entre capacitação e condições adequadas de trabalho.

Camargos *et al.* (2023) reitera que a prevenção dos EAPV requer medidas como educação permanente, disponibilização de materiais de consulta, padronização de marcas, armazenamento diferenciado de frascos semelhantes e discussão sistemática dos erros ocorridos com a equipe de enfermagem, visando a aprendizagem coletiva e a proposição de melhorias.

Nesse sentido, é fundamental que as instituições de saúde garantam um ambiente de segurança, incentivando a notificação como parte do processo de qualificação da assistência.

4 CONCLUSÃO

Os estudos analisados evidenciam que os EAPV em crianças apresentam, em sua maioria, baixa ocorrência e caráter leve ou autolimitado, não representando risco significativo frente aos benefícios da imunização. Contudo, permanece o desafio da hesitação vacinal, muitas vezes associada ao medo dessas reações, o que pode comprometer a cobertura vacinal em diferentes regiões do país. Nesse contexto, destaca-se que falhas técnicas e erros programáticos, embora pouco frequentes, reforçam a importância da capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, principais responsáveis pelo preparo, administração e vigilância dos imunobiológicos.

Dessa forma, a atuação do enfermeiro revela-se central não apenas na prevenção e manejo dos EAPV, mas também na promoção da confiança da população nos programas de imunização. Orientações adequadas, práticas educativas consistentes e a implementação de estratégias de educação permanente se mostram essenciais para reduzir falhas assistenciais, fortalecer a notificação dos eventos e qualificar o processo de vacinação.

A necessidade de fortalecimento da educação permanente, identificada neste estudo, apontam fragilidades na atuação do enfermeiro na sala de vacinação. A presença ativa desse profissional pode reduzir falhas ao assumir funções estratégicas, como a supervisão de práticas, a condução de treinamentos, o acompanhamento das reações adversas, a inclusão do paciente no processo de imunização e o monitoramento da conservação dos imunobiológicos, assegurando maior qualidade e segurança no cuidado. Assim, diante da complexidade e relevância desse tema, torna-se essencial o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem a compreensão sobre os EAPV e o papel estratégico do enfermeiro na prevenção, manejo e educação da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Celiane De Carvalho Silva et al. O papel do enfermeiro na ampliação da adesão à vacinação infantil: uma revisão de literatura. **Revista JRG de estudos acadêmicos**, v. 7, n. 14, p. e141162-e141162, 2024.

BALLALAI, Isabella; BRAVO, Flavia. **Tudo o que você sempre quis saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: RMCOM, 2020;296p.

BATISTA, Emily Caroline Cardoso et al. A influência das condutas da equipe de enfermagem na vigilância de eventos adversos pós-vacinação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210132, 2022.

BATISTA, Emily Caroline Cardoso et al. Vigilância ativa de eventos adversos pós-vacinação na atenção primária à saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE002335, 2021.

BATISTA, Thais Sousa et al. Reações Adversas Comuns Ocasionadas Pela Vacinação Infantil. RECIMA21-**Revista Científica Multidisciplinar**-ISSN 2675-6218, v. 5, n. 5, p. e555186-e555186, 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Programa Nacional de Imunizações** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pni>. Acesso em 07 mar. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis**. Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Coordenação Nacional De Imunizações. **Imunizações. “Vacinação nas Fronteiras”**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 26 set. 2025.

CAMARGOS, Sabrina Marteleto De et al. Eventos supostamente atribuíveis à imunização ou vacinação em crianças de Minas Gerais: de 2015 a 2020. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, p. e230056, 2023.

LIMA DANTAS, Hallana Laisa et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2022.

MIRANDA, Anna Luiza Alves Oliveira et al. Imunização Infantil. **Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza**, 2022.

MOURÃO, Sheila Ilda Eler et al. Eventos supostamente atribuíveis à vacinação contra COVID-19 em crianças de uma estratégia da família. **O Mundo da Saúde**, v. 48, 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Stefany Reis; DE MOURA RODRIGUES, Gabriela Meira. Conscientização da imunização infantil e atuação da enfermagem diante do calendário de vacinação. **Revista Liberum accessum**, v. 14, n. 4, p. 53-62, 2022.

TAVARES, Laís Oliveira de Moraes et al. Prevalência de erros que causaram eventos supostamente atribuíveis à vacinação/imunização: revisão sistemática e metanálise. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 45, 2024.

VASCONCELOS, Débora Amorim de et al. Intervenções educativas para prevenção e conduta dos eventos adversos pós-vacinação: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, p. e02242024, 2024.